

PUC-SP Encolheu

Em uma clara política de enxugamento, PUC-SP deixará de oferecer 455 vagas no vestibular 2014. Medida aponta para redução de contrato docente e demissões.

O Conselho Universitário de 25/9 aprovou a maioria dos encaminhamentos da proposta de vagas encaminhada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe). Analisando as vagas propostas pelas diferentes unidades, a maioria dos conselheiros do Cepe aprovou a redução de 4180 vagas para 3625. A decisão foi tomada depois de elencados uma série de critérios que delimitava a abertura de novas turmas a condições de preenchimento de vagas nos últimos vestibulares.

Dessa maneira, cerca de 16 turmas e/ou cursos não seriam oferecidos em 2014. Alguns cursos enviaram recursos ao Consun solicitando

reconsideração da decisão. O professor Pedro Paulo Manus, da Faculdade de Direito, foi encarregado de relatar os processos dos cursos de Francês, Filosofia e Biologia. O relatório do professor encaminhou para o não provimento aos recursos, deliberando a manutenção da não abertura de turmas em 2014.

QUESTIONAMENTOS

Os representantes da reitoria nomeada insistiram em que a não abertura de turmas não significava que os cursos seriam permanentemente fechados, mas que eles poderiam voltar no próximo vestibular,

depois de uma readequação em suas condições de funcionamento. Vários conselheiros, porém, criticaram as medidas que, segundo eles, tinham um viés predominantemente financeiro.

A professora Salma Tanus Muchail, da Faculdade de Filosofia apontou que a implantação das medidas tinha um claro direcionamento de uma política de redução e enxugamento. Para ela o critério de não aceitação de inscrições de alunos por transferência ou portadores de diploma, em cursos como o de Filosofia, por exemplo, impediam que novas turmas pudessem ser abertas.

A professora Madalena

Guasco Peixoto, da Faculdade de Educação, acrescentou que a discussão das vagas para o vestibular não poderia continuar somente na análise técnica, porque ela é fundamentalmente política. "A política de cortar é simples, mas coloca em risco a própria existência da universidade". Nesta mesma linha de raciocínio a professora Neide Noffs, diretora da Faculdade de Educação, acrescentou que a não abertura de turmas não é simplesmente pontual, mas cria para o curso uma imagem de extinção.

continua na próxima página

APROPUC 37 anos

Nascida no dia 25 de setembro de 1976 a Associação dos Professores da PUC-SP completou este ano seu 37º aniversário. Em meio à ditadura militar os professores da PUC-SP mobilizaram-se no sentido de fundar uma associação que desse conta de suas reivindicações na luta por melhores condições de trabalho.

A primeira luta da entidade foi a cobrança dos salários atrasados pela PUC-SP. Como a reivindicação não

poderia ser feita pelo coletivo dos professores, cerca de 101 docentes entraram com um processo que foi vitorioso, obrigando a reitoria, à época, a pagar toda a dívida. Este processo entusiasmou uma grande parte dos professores da PUC-SP que também se filiaram à entidade.

Durante todos estes anos de sua existência a APROPUC foi uma referência para os docentes brasileiros, conquistando acordos internos e contratos de trabalho

em patamares superiores à maioria dos docentes do país. A primeira instituição privada de ensino a conceder o auxílio-paternidade no Brasil foi a PUC-SP e, enquanto outras universidades tinham seus contratos de trabalho degradados, a APROPUC conseguia o contrato de tempo e não por hora-aula.

Hoje, quando a universidade vê seu projeto acadêmico destruído e as condições de trabalho e salário siste-

maticamente degradadas, a APROPUC mantém-se como um campo de resistência na defesa de condições de ensino, pesquisa e extensão de qualidade, na defesa da autonomia e da democracia universitária.

Professor, não podemos deixar nossa entidade desaparecer. A única defesa das condições de trabalho dos professores é a sua organização em torno de uma APROPUC forte e independente.

continuação da página anterior

PROJETO DE UNIVERSIDADE X TAC

A reitora nomeada, professora Anna Maria Marques Cintra, justificou as medidas pelo fato da PUC-SP ter que obedecer ao TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), imposto pelo Ministério Público e que obriga a universidade a uma série de limitações financeiras. Anna Cintra lembrou ainda que nossa folha de pagamento chega hoje a 75% de nossa receita, o que é inaceitável.

Já o representante administrativo Nalcir Antonio Ferreira Jr. questionou este raciocínio: "Hoje, o TAC virou o nosso projeto de universidade".

Depois de uma longa discussão os conselheiros votaram a proposta do quadro de vagas. Com referência aos critérios propostos para a abertura de turmas a maioria resolveu não acatar a proibição da aceitação dos portadores de diploma e transferências para compor uma nova turma. Para que a medida tenha efeito será necessária uma mudança no calendário de matrícula para os portadores de diploma, para que a decisão sobre a viabilidade de uma determinada turma possa ser compatibilizada.

Outra alteração foi com respeito à proibição de segunda opção. Embora esta norma ainda persista os classificados no vestibular deverão ser contatados para ocuparem outras vagas remanescentes.

Com relação aos recursos apresentados o Consun aceitou apenas o do curso de Filosofia, que ficou autorizado a abrir 30 vagas para o bacharelado matutino e 20 para a licenciatura matutina. Foram recusados os recursos do curso de Francês (que não terá nenhuma turma aberta em 2014) e Biologia Licen-

ciatura, em Sorocaba. Atendendo a um pedido do professor Francisco Serralvo, da Faculdade de Economia, o curso de Ciências Contábeis no campus Ipiranga deverá ter sua turma de 50 alunos aberta em 2014. As medidas adotadas certamente encaminharão para uma redução de contratos docentes em várias unidades podendo, no limite, redundarem em demissões. O número de cursos fechados poderá aumentar após as inscrições, pois a adoção das novas regras poderá inviabilizar novas turmas. A decisão do Consun deverá ser aprovada pelo Consad, Conselho de Administração, que tradicionalmente tem referendado o quadro de vagas proposto. Porém, em virtude das das modificações feitas pelo conselho, um pedido de vistas dos secretários executivos adiou a decisão



A sessão do Consun que deliberou a nova proposta de vagas para o vestibular de 2014

LU SUARE

Cursos que não abrirão turmas a partir de 2014

Estadística (noturno)	Perdizes
Física Licenciatura (noturno)	Marquês Paranaguá
Física Bacharelado (noturno)	Marquês de Paranaguá
Matemática Licenciatura (noturno)	Marquês de Paranaguá
Geografia Licenciatura (noturno)	Perdizes
Serviço Social (matutino)	Perdizes
Turismo (noturno)	Perdizes
Espanhol Licenciatura (noturno)	Perdizes
Francês Licenciatura (matutino)	Perdizes
Inglês/Português -Trad. Interprete (not.)	Perdizes
Inglês Licenciatura (noturno)	Perdizes
Secretariado Sup. em Tecnologia (noturno)	Perdizes
Ciências Biológicas - Licenciatura (noturno)	Sorocaba

Declaração de voto do conselheiro Nalcir Antonio Ferreira Jr.

A respeito da Proposta de Vagas para o Vestibular Verão PUC-SP 2014, a qual o Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe), após apreciar, encaminhou ao egrégio Conselho Universitário na sessão de 25/09/2013, para apreciação e considerações, venho declarar minha discordância sobre o que ali foi encaminhado. Apesar de considerar a presteza e os esforços com que os Conselheiros do Cepe têm se debruçado sobre a questão, creio que o debate no Consun revelou uma ausência de temáticas políticas para uma questão que não era meramente técnica.

Entendo que caminhamos na contramão das políticas de

inclusão social, os elevados preços das mensalidades inviabilizam o ingresso na PUC-SP de uma enorme parcela da sociedade o que, de certa forma, por necessidade ou imobilidade, a meu ver, vem dando um caráter elitista à universidade.

Dessa forma estamos perdendo nossa essência, nossa identidade, não se sabe o porquê ou para quê. Nossos valores e nossas tradições perante a sociedade são atacados constantemente por colegas que desconhecem a nossa história. Por tudo que aqui vos digo, não consigo vislumbrar a PUC-SP seguindo ou adotando o modelo mercadológico que insiste em formar somente

profissionais e não cidadãos.

Dialogar, debater, discutir, discordar ou concordar, negociar e até mesmo votar é um exercício de cidadania que temos defendido e praticado há 67 anos. Não tenho propostas e muito menos soluções pontuais para uma equação de variáveis que desconheço. Porém acredito que a discussão que hoje aqui presenciamos deveria ser pautada não somente por aspectos financeiros, mas sim, por uma Universidade inclusiva e que debata com sua comunidade um projeto que atenda aos anseios e necessidades da sociedade.

Nalcir Antonio Ferreira Jr.
Conselheiro administrativo

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685. Editor: Valdir Mengardo

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391. Reportagem: Roberto Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischardt

Continuam apoios à professora Bia Abramides

Nesta semana divulgamos mais alguns nomes de pessoas e entidades que se solidarizam com a professora Bia Abramides em sua luta contra o processo político movido pela reitora nomeada:

Catarina Mentoni Arnoldi - Assistente Social; **Caue Blasiolli** - Aluno 5º ano Direito - PUC-SP; **Ceicinha Mendonça**-Profª da Universidade Federal Tiradentes; **Celso Severo**-UFPE; **César Fernandes**-Luta AntimanicomialParaná; **Cesar Vale** - Estudante - FEA PUC e Integrante do Movimento Rugido do Leão; **César Henrique Maranhão** - Prof. Adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ; **Chadad Marcela Chadad**-UNESP; **Chana Vinner**-PMSP; **Charles Toniolo** - Pres. do CRESS - RJ, Prof. da UFRJ; **Christina Kenia**-UFPB; **Cíntia Almeida Fide-**

lis - Assistente social - ex-aluna da PUC-SP; **Clarice Costa Carvalho** - Curso de Serviço Social da UFF - Polo de Rio das Ostras; **Clarice Tomas De Souza de Freitas** - Academia da Força Aérea; **Clarissa Menezes** - Assistente Social - Ex-aluna PUC-SP - LER-QI; **Cláudia Amorim**-Governo Estadual de Pernambuco; **Cláudia Barreto**-USF; **Cláudia Caparroz**-RH-Consultoria; **Claudia Defendi** - Estudante de Serviço Social - PUC-SP; **Cláudia Durans** - Assistente social - Prof.ª da Universidade Federal de São Luis; **Cláudia Falzoni Amaral Rosa**-UNIMES; **Cláudia Maria Silva Pereira** - Cress 9447 - 7 Região; **Claudia Mazzei Nogueira** - UNIFESP - BS; **Cláudia Mônica dos Santos** - FSS/UFJF; **Cláudio Alves Júnior**-universidade Estadual Santa Cruz; **Claudionor Brandão**-SINTUSP; **Cléber Rabelo** - Vereador

PSTU - Belém - PA; **Cleier Marconsin e Andréa Gama** - Gabinete da Direção da Faculdade de Serviço Social - FSS; **Cleusa dos Santos** -Profª. ESS/UFRJ; **Clismenia Nascimento** - Estudante Unesp - Marília; **Conceição Maria Vaz Robaina**-UERJ; **Conceição Moura** - Assistente social - Gupo de pesquisa do Estudo Ética na Federal- PE; **Conrado Ramos** - Pós-doutor Psicologia Social PUCSP; **Creuza Telles**-ACDEM; **Cristiana Lima** - Profª do departamento de Serviço Social da UFMA; **Cristiane de Castro e Almeida** - Doutoranda Pós Ciências Sociais PUC-SP- Profª CEFET-MG/Campus; **Cristiane Gandolfi** - Educadora; **Cristiano Carvalho**-UNA-Centro Universitário; **Cristiano dos Santos Machado**-Sinsprev; **Cristiano Montenegro** - Prof. UFS; **Cristina Athayde**-Prefeitura Santo André; **Cristina Barre-**

to - Assistente Social; **Cristina Machado Maia** - Médica; **Cristina Oliveira**-FAMA; **Cristina Paniago** - Profª. Faculdade de Serviço Social - UFAL - Maceió - AL - Brasil; **Cristina Ramos**-UCCB; **Cynthia Franceska Cardoso** - Aluna Pós em Serviço Social da PUC-SP; **Daiane Almeida Souza** - Assistente Social - Hospital Albert Einstein - Ex aluna - PUC-SP; **Daize Menezes**-AHOMAR; **Dan Borsatto** - Assistente Social - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome; **Dan Silva** - Estudante de Serviço Social PUC-SP; **Daniel Aquino**-Correios; **Daniel Lucas Martins** - Assistente Social, formado pela UFF Polo Rio das Ostras; **Daniel Fonseca** - Pós-graduando em Teoria Literária e Literatura Comparada - USP; **Daniel Marcis Demeter** - Graduando de relações internacionais 3 semestre - PUC-SP

Anna Cintra convoca estudantes para discutir projetos sociais da PUC-SP

A reitora nomeada Anna Cintra, acompanhada de seus assessores, reuniu-se com as entidades representativas dos estudantes para debater os projetos sociais da PUC-SP, tendo em vista que a universidade corre risco de perder seu título de filantrópica. Centros Acadêmicos e empresas júnior de diversos cursos estiveram presentes à reunião, muitos deixando claro que, independente de estarem no espaço naquela reunião, não a reconhecem como reitora da universidade.

Os estudantes aprovei-

taram a reunião para apresentar demandas recentes e antigas de suas respectivas entidades, entre elas a falta de condições básicas de trabalho nas agências júnior, o espaço físico de entidades em prédio condenado (como é o caso do CAMP - CA de Multimeios e Publicidade), ou o simples fato da reitoria ter negado a se reunir com alguns cursos e centros acadêmicos, a exemplo do CACS (CA de Ciências Sociais). Os estudantes declararam ter inclusive cartas protocoladas da reitoria negando as reuniões.

O Cursinho Popular da universidade vem trazendo a mais simples demanda: necessidade de usar três salas de aula da universidade aos sábados, período em que a PUC-SP está aberta e relativamente ociosa, se comparada ao resto da semana. Porém o pedido é negado insistentemente pela reitoria e pelos seguranças da Graber, que alegam não ter salas disponíveis durante todo o dia para o uso dos estudantes que participam do projeto.

Anna Cintra, por sua vez, declarou não estar ciente de nenhuma das demandas ci-

tadas, sequer as mais antigas que se arrastam desde a gestão anterior, como tentou justificar um de seus assessores. A reitoria se comprometeu a apurar o motivo pelo qual os casos ainda não foram resolvidos e se comprometeu a colaborar com as demandas das entidades, principalmente no que tange à saúde de seus membros. Anna Cintra também demonstrou interesse em convocar reuniões mensais com os estudantes, que irão se reunir em outro momento para debater a possibilidade da proposta.

GAUCHE NA VIDA

O fim do socialismo livre

Lúcio Flávio Pinto

O golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet 40 anos atrás, no Chile, pôs fim à força a uma experiência política que podia significar um novo momento na história da humanidade. O senador Salvador Allende se elegeu presidente da república três anos antes. A vitória foi por uma margem muito estreita de votos, numa campanha limpa e regular. Mas o que ele prometia era interromper a continuidade histórica e levar o Chile ao socialismo, conforme o molde marxista. Sem que para isso tivesse que recorrer às armas de uma revolução brusca e violenta.

Até então, só havia um caminho para o socialismo proposto por Allende: através da ditadura do proletariado. Essa fase de transição devia levar ao comunismo, um sistema no qual cada um contribuiria com suas possibilidades e sacava conforme as suas necessidades. Um igualitarismo completo, portanto. Mas o desfecho, em todos os casos, foi outro tipo de socialismo: o socialismo dito real (não o desejado, mas o possível em virtude das condicionantes externas que o limitavam). A denominação pragmática camuflava o que realmente acabaria por prevalecer: uma ditadura pura e simples. Ela eliminaria um bem nobre e essencial ao homem: a liberdade. Transformou-se em tirania.

Allende chegou ao poder através do meio adequado, o voto, para a conquista do bem político mais nobre da humanidade: a democracia. Não era uma manobra. Sua carreira política fora brilhante. Médico, percorreu o vasto interior chileno com suas habilidades para curar e encantar pessoas. Honrou e perpetuou sua cadeira no senado. Venceu apertado os representantes do conservadorismo, que se dividiram tanto à direita quanto

os novos pretendentes ao poder se fracionaram à esquerda.

Allende acumulou vitórias e derrotas ao longo do seu mandato, mas seu rumo era ascendente. Vencera as eleições parlamentares no ano anterior. Essa tendência irritou e assustou os seus adversários. Eles não quiseram esperar por mais dois anos para a nova eleição. Temiam que a esquerda pudesse alcançar um segundo mandato. Como não havia o instituto da reeleição, os candidatos com maior potencial, tanto no Partido Socialista quanto no Partido Democrata Cristão, sem falar na esquerda mais extremada, tinham discursos reformistas ou revolucionários para fazer coro às reivindicações e desejos de um povo despertado pelos meios de comunicação da UP. Anteciparam-se com o golpe.

Essa era uma ideia que os grupos radicais de direita desenvolveram antes e depois da eleição de Allende. Disso deram provas em várias manifestações, dos comícios às greves patronais (os locautes) e atentados. Não chegariam ao ato fatal de 11 de setembro de 1973 se não contassem com a ajuda dos Estados Unidos. Na época essa percepção já era partilhada por muita gente.

Eu mesmo, que acompanhei os dias derradeiros do governo Allende, me mudei para o hotel Sheraton, na praça onde estava o palácio presidencial, o La Moneda, por causa da quantidade de americanos que lá estavam hospedados. Não foi só por esse detalhe que se reforçou minha observação sobre a intervenção direta dos EUA na vida chilena.

Fui para Santiago como o primeiro enviado em um programa de intercâmbio (na verdade, de proteção) entre o El Mercurio e O Estado de S. Paulo. Os donos do maior jornal chileno temiam sua expropriação. A aliança com o Estadão, que já

rendera a criação de uma agência de notícias, podia servir de canal para reação, protestos e medidas de reversão na eventualidade de se consumir a ameaça feita por integrantes da Unidade Popular.

Com essa credencial, circulei livremente por redutos da elite chilena, dentro e fora de El Mercurio, que era um dos centros da conspiração para depor o presidente. Meu problema, a partir daí, foi como usar essas informações nas matérias que precisava enviar de Santiago para São Paulo. As primeiras não foram publicadas. Contrariavam o que dizia a grande imprensa chilena e ecoava a agência das corporações familiares que controlavam a informação no continente.

Só duas semanas depois saiu minha primeira matéria, uma alegoria à base da história (e mitologia) grega que antecipava o desfecho do golpe. Mas intercalada por despachos de interesse do jornal, o contrário do que eu dizia. Frederico Branco, editor de internacional do Estadão, de quem discordava editorialmente e gostava pessoalmente (e, talvez, vice-versa), me explicou e se justificou: meu silêncio, diante das razões da minha ida, não estava sendo entendido e muito menos aceito pela direção do El Mercurio.

Ele precisava publicar uma primeira matéria minha para diminuir a tensão entre as duas "casas", agravada pela circunstância (para mim inexplicável até hoje) de que Fernando Pedreira, nosso redator-chefe, fora o responsável pela indicação do meu nome ao dono do jornal, Júlio de Mesquita Neto (Miguel Urbano Rodrigues, exilado português de Salazar e um dos principais editorialistas do Estadão, também não entendeu muito, mas deu o veredito decisivo diante da minha dúvida: "Vá!").

Só não podia ser aquela ma-

téria apenas. Enxertara trechos de telegramas das agências para maquiagem o meu texto e me dar algum oxigênio. Como jornalista, fiquei com raiva. Como pessoa, agradei a iniciativa de Frederico. Foi providencial para minha manutenção em Santiago e volta ao Brasil.

Voltei com a plena convicção de que a intromissão americana na crise chilena foi um crime de lesa-humanidade. Allende não era inocente. Sabia que vários dos seus aliados acreditavam que as mudanças mais profundas só seriam realizadas por ato de força. Contrariavam frontalmente interesses poderosos. Em algum momento haveria confronto.

Homens de esquerda da idade de Allende ainda estavam fascinados pela revolução cubana, no caso dele fascínio incrementado pela sua relação pessoal com Fidel Castro (que o presenteou com a submetalhadora que ele carregava no dia final do seu governo e com a qual se matou, numa cadeira do palácio La Moneda).

Nesse ponto Allende tinha a determinação de Getúlio Vargas. Mas só em um último e dramático momento ele recorreria à via armada. Exceto por essa circunstância excepcional, era um homem do regime democrático, confiante no seu carisma e nas suas aptidões para lidar com o povo. Uma qualidade que deixou seus adversários na defensiva e, a partir daí, moveu as engrenagens da conspiração apoiada pela CIA e outras forças do aparato militar americano. Com um grau de sofisticação e determinação de fazer inveja ao modelo do pronunciamento hispano-americano e outros golpes de Estado.

Circulando pelos ambientes dos conspiradores, formei tam-

continua na próxima página

continuação da página anterior

FALA COMUNIDADE

Show do Mensalão é pura distração

Hamilton Octavio de Souza

O Supremo Tribunal Federal e o mensalão estão na boca do povo. São mais comentados do que as traições conjugais da novela das nove e do que as tragédias reais verificadas no Brasil, entre as quais a de filhos que matam os pais e as de pais que matam os filhos. Afinal, o mensalão empolga a opinião pública porque - entre tantos outros casos de corrupção descobertos nos últimos vinte anos - contém ingredientes para todos os gostos: tem políticos, publicitários e banqueiros envolvidos, tem dinheiro público, tem compra e venda de apoio e tem a direita que descobriu que pode futricar o PT porque seu alto comando fez as mesmas coisas que a direita faz desde a proclamação da República.

Com tais ingredientes está aí um enredo espetacular para a grande imprensa conservadora, eterna manipuladora, que é a oportunidade de posar em praça pública como sendo o destemido cavalheiro defensor da verdade e da Justiça, paladino da moralização política e da punição exemplar dos criminosos de todas as espécies. Da mesma forma, o STF, que desde sempre não passa de um repositório de reacionários de vários calibres, descobriu que poderia construir uma imagem simpática do Poder Judiciário, menos elitista e menos classista, mais ao gosto do povo, se levasse para o seu palco o inusitado show, e, ao mesmo tempo,

dar boa lição aos que ousaram reproduzir, em nome da esquerda, práticas consagradas pela direita.

É claro que o espetáculo mobiliza as massas, acirra as paixões, entra nos meandros típicos das mais candentes telenovelas, quando todos se sentem atraídos para opinar sobre os mais sórdidos detalhes, onde se embala o pseudoconhecimento técnico, a teia arditosa de mil conspirações, os trejeitos desempenhados pelos atores, alguns mais convincentes e outros simples canastrões, todos a bailar num circo dominado por figurinos caros, planejada formalidade cenográfica e linguajar ultrajante para delírio das torcidas do Corinthians e do Flamengo. Nós, o povo, adoramos os rituais dos ricos e famosos, assim como histórias da aristocracia.

Longe do foro privilegiado do mensalão e das câmeras de TV, todos os dias milhares de brasileiros são condenados pelo país afora, pelos mais variados crimes, por juízes de primeira instância, tribunais regionais e estaduais e por tribunais superiores. São crimes de toda ordem: contra o patrimônio (roubos, furtos, estelionatos etc), contra as pessoas (homicídios, lesões corporais, estupros etc), contra os costumes (drogas, pornografia, jogo do bicho etc). A grande maioria dos casos tem processo sumário, sem qualquer trabalho esmerado de apuração, sem defesa regamente remunerada, sem maiores apelações, sem embargos infringentes. O Brasil

tem mais de 500 mil pessoas encarceradas, é o terceiro maior contingente do mundo, sem contar os condenados a prestação de serviços sociais e os que cumprem pena em regime aberto.

JOGO DE CENA

Diferentemente do que acontece no processo do mensalão, quando todo o show está voltado para mostrar ao mundo o metucioso, denso, profundo e cuidadoso funcionamento da Justiça no Brasil, no rame-rame do cidadão comum o que se vê é um grande aparato classista e partidário, elitista e indolente, a fazer às vezes de Judiciário para demarcar de forma bem clara na sociedade os que devem ser criminalizados e punidos e os que devem ser protegidos pelo sistema. Na prática, a questão da Justiça não tem a menor importância numa sociedade marcadamente discriminatória. E já que a Justiça não trata do dia-a-dia do povo brasileiro, já que só os pobres são rigidamente castigados, o show do STF precisa colocar no imaginário da sociedade a ilusão de que a Justiça reina igualmente para todos sem distinção de condição social, classe, raça, cor ou credo.

Quanto empresários estão presos e condenados pelos crimes de sonegação fiscal, evasão de divisas e lavagem de dinheiro? Quanto banqueiros cumprem penas por crimes de agiotagem e

continua na próxima página

bém outra convicção: era precária ou mesmo falsa a imagem do espírito democrático das forças armadas chilenas. Essa estrutura artificial cedeu seu lugar a uma atividade sediciosa eficiente e selvagem quando os velhos interesses consolidados em anos de dominação política pelo mesmo grupo social se sentiram ameaçados, pela primeira vez. Deu para entender por que os militares chilenos marchavam com o passo de ganso e tinham uniformes semelhantes aos do exército alemão.

Dias antes do golpe tive acesso, através do braço mais radical da esquerda, o Mir, ao depoimento de soldados, marinheiros e oficiais inferiores sobre a preparação da agressão ao governo constitucional. Já era sabido que o general Pinochet, em quem Allende depositava confiança, era um dos líderes do movimento. Por que ele foi mantido na sua importante posição de comando? Por que as denúncias e apelos do deputado Radomiro Tomić, do PDC, não foram levados na devida conta? Embora com um serviço de segurança pessoal, Allende acabou sendo surpreendido pela fulminante investida das forças armadas. Situação perdida, se suicidou numa dependência isolada do palácio. Estava só quando a bala destruiu sua cabeça. Uma cena expressiva do seu fim, mas injusta para com a grandeza da experiência chilena, sem paralelo na história contemporânea da América do Sul, contrastante com tragédia semelhante no maior país do continente, o Brasil.

O cenário era parecido e o enredo tinha semelhança. Mas os homens, lá, tinham dimensão muito maior do que os de cá. Uma grandeza que o big stick americano não levou em consideração, perpetrando um dos atos mais ofensivos à dignidade humana.

Lúcio Flávio Pinto é jornalista, editor do *Jornal Pessoal* (Belém, PA) <http://www.observatorioidaimprensa.com.br>

continuação da página anterior

extorsão de seus clientes? Por que o judiciário é extremamente lento nos julgamentos de desvios de dinheiro público e formação de cartéis nas concorrências do Estado? Por que as lavanderias do Banco Opportunity e da Camargo Corrêa dormem em berço esplêndido? Por que os casos do mensalão do PSDB e do mensalão do DEM até hoje não chegaram aos tribunais? Por que as fortunas surrupiadas pelo Maluf e pelo juiz Nicolau, entre tantas outras roubalheiras, não foram devolvidas aos cofres públicos?

O julgamento do STF, que bate recordes de ibope desde meados de 2012, cumpre uma função alimentadora do sistema dominante, fortalece a crença de que a equidade de todos perante a lei é algo real, concreto, e que toda punição, quando acontece, é porque passou por uma malha fina cheia de critérios para defender a sociedade com o máximo de sobriedade e serenidade. Mesmo a torcida pela obediência integral aos direitos, a possibilidade da impunidade e a eterna desconfiança - baseada na sabedoria popular - de que tudo vai mesmo terminar em pizza, tudo concorre para o logro, para a triste fantasia de uma Justiça que não existe na vida real e de um sistema que não visa, em nenhuma hipótese, a generalização das mesmas condições para todos.

Se alguém imagina que o mesmo tratamento dado aos réus do mensalão será estendido aos milhares de cidadãos comuns acusados e pegos por algum crime, pode tirar o cavalo da chuva. Se nem mesmo o STF tem qualquer pretensão de fazer Justiça aos réus de foro privilegiado, mas tão somente sedimentar na população a clara sensação

de que a Justiça pode alcançar a todos, indistintamente, é evidente que o que se faz rotineiramente pelo país afora é pegar os desprotegidos em geral para reforçar o papel assustador e punitivo do Estado sobre aqueles que precisam ser controlados e sufocados para que não se rebellem contra a desigualdade do sistema.

Seja qual for o resultado do julgamento do mensalão, com prisão ou sem prisão, não altera em nada a correlação da luta de classes no país, não muda nem pra melhor nem pra pior as condições de vida da maioria do povo, não estabelece nenhum novo referencial na ética pública, no jogo político-eleitoral, na atuação partidária ou na relação entre os poderes da República; não vai tornar o STF melhor do que aquilo que sempre foi ou em algo minimamente confiável para a grande maioria do povo; também não vai tornar o PT depurado daqueles que se embrenharam nos equívocos políticos de conduzir um partido nascido dos trabalhadores para a vala comum da ordem burguesa. O acerto de contas é entre os grupos dirigentes, tanto é que juízes e réus se revezam nos papéis de mocinhos e bandidos - para a diversão das torcidas.

O show vale enquanto show, pois tem lá as suas emoções e esmeradas performances. A mídia conservadora deita e rola com o espetáculo. Mas é recomendável que não confundamos um enredo de ficção com a dura realidade que embala a vida da grande maioria. Para falar em Justiça, no Brasil, é preciso primeiro indagar quando, onde e para quem?

Hamilton O. de Souza é jornalista e professor do dpto. de Jornalismo

Professores da PUC-SP participam de simpósio internacional na USP

Na próxima semana, nos dias 8 e 9/10, na USP, acontece o simpósio internacional "Um Mundo em Convulsão", com a participação de intelectuais da PUC-SP e de outras universidades de todo mundo.

Os temas que serão debatidos nos dois dias de atividade vão desde o conflito nuclear e a questão da Coréia do Norte e do Irã, os movimentos e as redes sociais, o imperialismo e a crise do capitalismo; passando pelo marxismo no século XXI, a democratização dos meios de comunicação na Jornada de Junho, a África, a Europa e a China, a emancipação das mulheres e a Rússia; até a situação atual da América Latina pós Chaves e o papel de países como Colômbia, Brasil e Venezuela.

Entre os intelectuais que estarão presentes para debater

"um mundo em convulsão", estão nomes como Plínio de Aruda Sampaio Jr., Paulo Arantes, Gilberto Maringoni, Pedro Ekman, Sergio Amadeu, Edmilson Costa, Sofia Manzano, Ricardo Antes e Ruy Braga. Além dos professores da PUC-SP José Arbex Jr., Antonio Rago e Lúcio Flávio de Almeida.

Os debates acontecerão nos anfiteatros de História, Geografia, e na sala Caio Prado, na Faculdade de Filosofias, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e estão sendo organizados por Lincoln Secco, Osvaldo Coggiola, Francisco Alambert, Rodrigo Ricupero e Jorge Grespan. Haverá fornecimento de certificado aos participantes. As inscrições deverão ser realizadas pelo site <http://mundoemconvulsao.fflch.usp.br/node/1>.

CONFERÊNCIA Liberalismo, emancipação e os mitos da modernidade



com
**Domenico
Losurdo**

PUC - SP

Dia: 01/10/2013 (terça-feira)
Horário: 19 horas
Local: Sala 100 do Prédio Novo
Rua Monte Alegre, 984
Perdizes
São Paulo - SP

UNICAMP

Dia: 02/10/2013 (quarta-feira)
Horário: 17 horas
Local: Auditório do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
Campus Barão Geraldo
Campinas - SP



Na ocasião, haverá o lançamento do livro "O Pecado Original do Século XX" de Domenico Losurdo

Realização: Fundação Marinho Gracian

Co-Realização: Núcleo de Estudos de História, Trabalho, Ideologia e Poder - PUC-SP; Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS) - PUC-SP; Faculdade de Educação - PUC-SP; Centro de Estudos Marxistas IFCH (CEMARX) Unicamp; Departamento de Pós-Graduação de Ciência Política da Unicamp; Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR) da Faculdade de Educação da Unicamp; ANPG - Associação Nacional dos Pós-Graduandos; APROPUC

MOVIMENTOS SOCIAIS

Greve dos bancários para quase metade das agências do país

Movimentos sociais apoiam professores e servidores do RJ

Desde o início da greve aprovada pela categoria na quinta-feira, 19/8, os bancários fecharam 10.024 agências e centros administrativos de bancos públicos e privados em 26 estados e no Distrito Federal, segundo balanço divulgado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

A greve, desde que come-

çou, cresceu entre os trabalhadores bancários e já atinge 46,6% das agências, considerando 21.500 postos no país.

Na quinta-feira, 26/8, durante o fechamento dessa edição do jornal *PUCviva*, o Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), se reuniu em São Paulo para

fazer um balanço da paralisação e, provavelmente, manter a tática de greve.

Os bancários pedem reajuste salarial de 11,93% (5% de aumento real além da inflação), Participação nos Lucros e Resultado (PLR) de três salários mais R\$ 5.553,15 e piso de R\$ 2.860. Pedem, ainda, fim de metas abusivas e de assédio moral que, segundo a confederação, adoecem os bancários.

Está circulando pela internet um manifesto assinado por diversos movimentos sociais, entre eles a APROPUC, de repúdio aos governos de Eduardo Paes e Sérgio Cabral, e apoio aos professores e demais servidores das redes estadual e municipal do Rio de Janeiro.

Desde o início da greve no começo do mês dos trabalhadores em educação - professores ou não - o poder público tem se negado a negociar com as categorias.

Após promessa do prefeito Eduardo Paes de que negociaria o plano, a greve foi suspensa no dia 10/9. Entretanto, o prefeito e a secretária de educação ignoraram a negociação acordada e enviaram um plano para a Câmara de Vereadores que "nega, desestrutura e, em resumo, impossibilita a carreira", o que gerou a retomada da greve no dia 20/9.

Entre as reivindicações, estão "a de que a carga horária de cada matrícula docente possa ser integralizada em apenas uma escola, visando a dedicação exclusiva; garantia de pelo menos um terço da carga-horária em atividades docentes fora da sala de aula; reajuste emergencial de 28%; definição de jornada de 30 horas para os funcionários e o fim do plano de metas, por ser incompatível com os complexos processos de ensino e aprendizagem", conforme aponta o manifesto elaborado pelos professores.

Mais uma tribo Guarani Kaiowá sofre intimidações

No dia 15/9, cerca de 60 indígenas Guarani Kaiowá da aldeia Apyka'I ocuparam um terreno onde atualmente existe um canal e os índios reivindicam ser suas terras originárias. Segundo lideranças, eles viveram na terra desde o século XIX até 1999, quando foram removidos e encaminhados para barracões à beira da estrada.

Desde que ocuparam a terra, os 60 índios sofrem ameaças de segurança privados, fortemente armados e pagos por latifundiários. Segundo documento publi-

cado, a Fundação Nacional do Índio (Funai) deveria ter definido a terra ancestral da comunidade Apyka'I em 2010, pelo compromisso assumido em Termo de Ajuste de Conduta assinado em novembro de 2007 pela Funai, Ministério da Justiça, Ministério Público Federal e 23 líderes indígenas.

Os Guarani-Kaiowá de Apyka'I denunciaram ao Ministério Público Federal que vem sendo ameaçados pelos seguranças da fazenda. Funcionários dessa empresa de segurança já foram acusados

de terem cometido crimes, incluindo dois assassinatos, em processos ainda em andamento. O procurador da República afirmou que a empresa realiza atividades "indiscutivelmente ilícitas" e demandou seu fechamento.

Em resposta a esta violência brutal, os Guarani Kaiowá pedem para que movimentos sociais e ativistas solidários à luta indígena enviem ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Direitos Humanos seu repúdio aos fazendeiros e à atuação dos órgãos públicos na mediação do conflito.

Jornalista do MS sofre ameaça de morte

Mesmo com o pedido da organização Repórteres sem Fronteiras de proteção urgente para o dono do portal I9, que em 29/11/2012 sofreu um atentado no Mato Grosso do Sul, Fabiano Portilho foi rendido por três homens armados com pistolas no último 9/9, no

centro da capital sul-matogrossense.

Ao estacionar seu automóvel nas imediações do Mercado Municipal de Campo Grande, três homens armados obrigaram-no a entrar numa Blazer preta sem placa e o levaram até uma estrada da região. Lá,

ele foi avisado a não falar mais nada sobre ninguém da cidade ou do estado, "senão morre". Fabiano foi solto e recebeu um prazo de 24 horas para deixar o Mato Grosso do Sul. Esta já é a terceira ameaça que o empresário recebe em menos de um ano.

ROLA NA RAMPA

Encontro com escritora Adélia Prado no TUCA

A segunda edição da série de encontros com escritores Primeira Página acontece no dia 1º/10 no TUCA. Com o objetivo de discutir os clássicos da literatura brasileira, o projeto já recebeu o escritor Ferreira Gullar em agosto, e agora receberá Adélia Prado, escritora mineira e autora de diversas obras de prosa e poesia, como Solte os Cachorros (1979), A Faca no Peito (1988), Manuscritos de Filipa (1999) e A duração do dia (2010).

Idealizado pelos produtores Cândida Morales e Clovys Torres, o espaço foge do formato tradicional de debates e não se restringe apenas a jornalistas questionando o entrevistado, atraindo tam-

bém novos leitores, sem necessitar uma especialidade no tema. O segundo encontro acontece às 20h e conta com a participação da professora e chefe do departamento de Artes da PUC-SP, Ana Salles.

Os ingressos poderão ser adquiridos na bilheteria do TUCA (rua Monte Alegre, 1024) entre terça e domingo das 14h às 20h, para vendas antecipadas - no dia da apresentação, é possível comprar entradas até o início do espetáculo. As entradas também estão disponíveis pelo site Ingresso Rápido, no link <http://www.ingresso-rapido.com.br/evento.aspx?ID=29349>.

Pós graduandos realizam assembleia na próxima semana

Discentes de pós-graduação estão organizando uma assembleia para o dia 9/10, às 18h30, na sede da APROPUC, Rua Bartira, 407, para discutir a alteração das datas de depósito

das teses/dissertações de seus cursos. Segundo os discentes a alteração imposta sem consulta poderá redundar em grandes prejuízos financeiros para os estudantes.

Inscrições para Encontro de Ex-alunos são prorrogadas

As adesões para a 24ª edição do Encontro de Ex-alunos da PUC-SP foram prorrogadas até terça-feira, 1º/10. O convite e as inscrições estão disponíveis no site do Centro de Ex-alunos, organizador do evento: www.pucsp.br/ex-alunos/. O 24º Encontro de Ex-alunos acontece dia 3/10, no Tucarena (rua Monte Alegre, 1024, entrada pela rua Bartira), em comemoração ao aniversário de 67 anos da universidade, e é aberto a formados da PUC-SP de todos

os cursos e turmas. O evento deste ano homenageará os cursos de Psicologia, que completa 50 anos, de Jornalismo, que completa 35 anos, e de Publicidade e Propaganda, que completa 20 anos. O evento será animado com o Cuca, Coral da PUC-SP e o Ópera Portátil, que também trará o bom humor da ópera "Rita" de G. Donizetti. Para informações, entre em contato no telefone (11) 3670-8287 ou pelo e-mail exalunos@pucsp.br.

AFAPUC comemora Dia das Crianças

A tradicional festa de comemoração do Dia das Crianças, realizada anualmente pela AFAPUC, ocorrerá este ano no dia 5/10, entre 12h e 18h, em frente ao prédio da Faculdade de Medicina da PUC-SP, no campus Sorocaba. Para os associados

haverá excursão partindo de São Paulo, mas para garantir vagas, que são limitadas, os interessados deverão se inscrever na secretaria da AFAPUC (Rua João Ramalho, 182, 7º andar) até o dia 30/9, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

DEPE se reúne para discutir livro sobre orçamento público

O grupo de pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE), do Departamento de Economia da FEA e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP, se reunirá na segunda-feira, 30/9, entre 17h e 19h na sala de reunião da faculdade (130-A), para debater o livro "Orçamento Público e Cidadania", de autoria de Odilon

Guedes, mestre em Economia Política pela PUC-SP e professor das Faculdades Oswaldo Cruz. Além do livro, o DEPE analisará os projetos que seus membros vêm construindo. A coordenação do programa é do professor Antonio Corrêa de Lacerda - para outras informações, entre em contato com o programa pelo e-mail depe.pucsp@gmail.com ou pelo site www.pucsp.br/depe.

Videoteca da PUC-SP completa 25 anos

Desde 1988 a Videoteca da PUC-SP vem trazendo produções em vídeo para uso da comunidade puquiã. À época, fruto de uma parceria com a universidade, a Cia Atlantic de Petróleo doou aparelhos de TV e vídeo, uma câmera VHS e cerca de 100 títulos para o início das atividades do departamento. 25 anos depois, a Videoteca universitária continua exercendo suas atividades e ainda contribui ativamente com pesquisas da comunidade acadêmica em conjunto com a Biblioteca - os filmes passaram a ser cuidadosamente

catalogados e publicados no sistema da PUC-SP. Atualmente a Videoteca organiza mostras e sessões especiais de cinema visando estimular o debate sobre cultura na universidade. Desde 2011, com o projeto InterArte, coordenado pela professora Regiane Cayre, as exposições ganharam mais força, com uma agenda contínua ao longo do ano e com o espaço cada vez mais procurado pelos artistas. Agora, as exposições são itinerantes com atendimento aos campi Marquês de Paranaguá e Barueri.

Novo horário de atendimento jurídico da AFAPUC

O advogado da AFAPUC, Dr. Rodrigo Priolli, alterou seu horário de plantão na entidade. O atendimento agora passa a ser

nas quintas-feiras, entre 13h e 16h, na sede da associação, na Rua João Ramalho, 182, 7º andar.